SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

16/12/2015 - Instituto Telecom

Telecom Itália sofre derrota da Vivendi em assembleia de hoje

Os impactos desse resultado para a TIM Brasil, controlada pela Telecom Italia, ainda não estão muito claros, mas há algum tempo a imprensa estrangeira aposta que a operadora francesa quer também se desfazer da subsidiária brasileira, poi pretende se concentrar na produção de distribuição de seus conteúdos audiovisuais.

A Vivendi vendeu a GVT para a Telefónica, e com essa operação ganhou o controle da holding que mandava na Telecom Italia. Na assembleia de hoje, 15, com 55,7% dos acionistas representados, embora a maioria tivesse votado a favor da conversão de 6 bilhões de ações (na verdade, 62,5% dos presentes deram sim ao projeto) em ações ordinárias, este quórum não foi suficiente para se conseguir os 2/3 necessários para essa operação. A Vivendi já tinha anunciado que iria se abster de votar e 36,5% dos acionistas realmente não votaram.

Conforme a agência Reuters, o presidente-executivo da Vivendi, Arnaud de Puyfontaine, disse na assembleia que enquanto sua companhia apoia o plano de conversão, quer mais discussão sobre seus termos dado o efeito de diluição que teria na fatia de 20,5% da Vivendi, que cairia para pouco mais de 16%

A derrota da conversão de ações pode ser encarada como um voto de "não confiança" na atual diretoria e Conselho da Telecom Italia, e inevitavelmente levantará questões sobre quanto tempo poderão sobreviver, mesmo que seu mandato seja até abril de 2017, disseram fontes à agência.

O Conselho da Telecom Italia aprovou a proposta de conversão de ações no mês passado, em uma iniciativa que ajudaria a empresa a levantar recursos. Mas também diluiria em cerca de um terço a fatia da Vivendi, assim como de Xavier Niel, fundador da operadora de baixo custo Iliad, que recentemente comprou opções de ações equivalentes a 15,1 por cento do capital da Telecom Italia.

Aumento de participação

Conforme o comunicado ao mercado da TI, a Vivendi conseguiu também aumentar o número de integrantes do conselho de administração, de 13 para 17, e incluir mais quatro nomes indicados por ela. Passarão a fazer parte do conselho Arnaud Roy de Puyfontaine, Stéphane Roussel, Hervé Philippe and Félicité Herzog.

Defendendo a intenção de obter assentos no conselho em uma companhia onde o grupo francês investiu mais de 3 bilhões de euros, Puyfontaine chamou a Telecom Italia de "navio sem leme", enquanto seu conselho não reflete a atual base acionária.

A vitória desse pleito da Vivendi pegou diferentes analistas de surpresa, tendo em vista que fundos de investimento (que chegavam a representar 65% dos votos) se diziam contrários a essa proposta.

Por fim, a assembleia não concedeu a dispensa pleiteada pelos novos diretores de seguirem o Código Civil italiano no que se refere ao tratado de não competição.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

15/12/2015 - Rede Brasil Atual

TST lança campanha para conscientizar a sociedade a combater o trabalho infantil

Na visão do tribunal, o trabalho com carvão, junto com o trabalho em lixões e o trabalho doméstico, constitui uma das piores formas de trabalho infantil encontradas no Brasil

Segundo o IBGE, 3,3 milhões de crianças e jovens entre cinco e 17 anos estão em situação de exploração

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) lançou ontem (14) uma campanha para conscientizar a sociedade para a existência do trabalho infantil no Brasil e os problemas causados pela situação de mais de 3,3 milhões de crianças e jovens entre cinco e 17 anos, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Foram criados seis vídeos e spots que serão veiculados em rede nacional de rádio e televisão, redes sociais e cinemas da rede Cinemark. Um dos vídeos alerta para o trabalho infantil nas carvoarias, mostrando um brinquedo dentro de um saco de carvão usado em um churrasco. Na visão do tribunal, o trabalho com carvão, junto com o trabalho em lixões e o trabalho doméstico, constitui uma das piores formas de trabalho infantil encontradas no Brasil.

A ministra do TST Kátia Magalhães Arruda, uma das gestoras nacionais do Programa de Combate ao Trabalho Infantil da Justiça do Trabalho, destacou o número de autorizações judiciais concedidas para o trabalho a partir dos nove anos de idade. Em 2011, foram concedidas 3.134 autorizações. Entre 2005 e 2010, foram 30 mil.

"Fundamentos jurídicos de proteção não nos faltam, pois temos convenções internacionais, a CLT, as garantias constitucionais e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Não estamos tratando do que está no papel, mas do que é realizado efetivamente no Brasil", disse a ministra ao site do TST.

No universo de crianças exploradas, 49,8% estão na zona rural e 50,2% na zona urbana. Para Kátia, o trabalho escravo, a exploração sexual e as atividades ilícitas – como tráfico de drogas – estão entre as formas mais graves de trabalho infantil. Ela também lembra de trabalhos no lixo, em pedreiras, carvoarias, trabalho doméstico e indústrias do tabaco.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Tucano ataca Petrobras e tem resposta à altura

O economista Samuel Pessôa é tucano, colunista da Folha de S. Paulo e colaborador do Instituto Millenium (instrumento de propaganda ideológica dos barões da mídia). Com tantas qualidades não se pode esperar dele outra coisa que não seja profunda ojeriza à Petrobras ou a qualquer coisa que lembre desenvolvimento soberano e projeto de nação.

Foi animado com este espírito que o ex-assessor de Aécio Neves e Tasso Jereissati colocou sua modesta palinha na fogueira de ataques à Petrobras em um artigo intitulado "A culpa não é da Lava Jato". A resposta do economista da Petrobras, Cristian Boura, nesta colaboração ao Notas Vermelhas que oferecemos ao leitor, desmonta com sólidos argumentos técnicos o proselitismo entreguista.

O artigo do Samuel Pessôa na Folha de S. Paulo de 08/11/15 critica o tamanho da dívida da Petrobras e o fato do EBITDA* (Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) ser 4,8 vezes o tamanho da dívida líquida da empresa, referindo-se ao índice do fechamento anual de 2014. Na verdade, esse índice atualmente é até maior, 5,24, de acordo com os dados mais recentes de setembro de 2015 e divulgados ao mercado em 12/11/15.

O colunista, ao comparar o índice das demais empresas internacionais do setor de óleo e gás com a Petrobras, conclui que estas apresentam índices significativamente mais baixos, na ordem de 1,7 segundo ele. De fato, com exceção da BP e da Repsol, a maioria das empresas do setor apresenta este indicador mais baixo.

Um dos argumentos para que empresas do setor de óleo e gás devam manter baixos índices de alavancagem financeira é o fato de que a exploração e extração de petróleo é uma atividade de alto risco, tendo em vista as incertezas geológicas dos reservatórios. Por melhor que seja o estudo geológico, só se tem certeza do potencial petrolífero de uma dada região após a perfuração dos poços. Mesmo assim, são várias etapas até que o poço em questão seja declarado comercialmente viável. Caso não seja comercialmente viável, todo o investimento (centenas de milhões de dólares) é perdido e os valores são reclassificados como despesa (antes estavam classificados em investimentos, aumentando o ativo patrimonial). Isso explica o conservadorismo financeiro em condições normais, quando não se possui uma grande reserva a ser explorada.

E o que a Petrobras tem que suas concorrentes mundo afora não têm?

Se observarmos uma série histórica de produção de petróleo nos últimos 10 anos, observamos que a Petrobras é a única empresa, entre as maiores, que apresenta crescimento consistente da produção. Muitas das empresas pares da Petrobras estão com a produção estagnada ou em declínio. Ademais, as reservas de petróleo e gás do Brasil, após a descoberta do pré-sal, aumentaram significativamente havendo hoje, de reserva provada, algo em torno de 16,2 bilhões de barris. Há rumores de que essa reserva (incluindo as reservas ainda não provadas) é muito maior, o que nos colocaria em um patamar próximo ao da Rússia e muito superior aos EUA. Logo, a opção pelo endividamento se deu pela necessidade de explorar e desenvolver essas reservas e aumentar a produção, lembrando que as empresas internacionais, pares da Petrobras, não têm acesso a reservas neste patamar. Hoje a produção do pré-sal já é de quase 1 milhão de barris de óleo e gás por dia e tende a aumentar mês a mês.

Construir refinarias no pais – como a RNEST e o COMPERJ – foi uma decisão estratégica dos últimos governos, com finalidade de aumentar o valor agregado do nosso produto, ao invés de exportarmos óleo bruto, poderíamos exportar óleo diesel com boa especificação (caso da RNEST) e produtos petroquímicos de alto valor (caso do COMPERJ). Ainda que as refinarias tenham custado muito acima do inicialmente projetado nos estudos de viabilidade, a finalidade estratégica parecia ser a mais acertada, afinal o esforço em incrementar o valor agregado de nossa produção só traz benefícios para a economia e o desenvolvimento do país.

Samuel Pessoa também questiona o fato da Transpetro estar atrasando repasses para suas contratadas, supostamente por problemas de caixa. Ora, segundo os dados trimestrais de setembro de 2015, a Petrobras possui R$ 100 bilhões em caixa e imaginamos que a Transpetro, como subsidiária da Petrobras, não teria problemas em acessar esse caixa. É possível que o ocorrido se dê porque a indústria nacional tem tido dificuldades em atender prazos e cumprimento de metas e a Petrobras não pode pagar por etapas e produtos não entregues, deixando as empresas sem capital de giro e levando-as a buscarem crédito, até o limite de sua viabilidade.

É importante destacar que parte expressiva da dívida da Petrobras se deveu à decisão política de não repassar ao mercado interno os preços dos seus derivados, principalmente gasolina, diesel e gás de botijão (GLP), que ocorrerram no mercado internacional no período de 2011 a 2014 (no patamar de US$ 100/bbl). Esse cenário já se alterou e esta defasagem deixou de ser fonte de endividamento.

Por fim, são públicos os esforços da Petrobras, sua diretoria atual e seus empregados em equacionar o problema do endividamento, seja via adequação dos investimentos para patamares mais realistas à capacidade da empresa e da indústria, seja pela recuperação dos preços internos e pela adoção de redução/racionalização de custos operacionais. Enquanto o EBITDA de 2014 foi de R$ 59 bilhões, a geração de caixa foi de R$ 62 bilhões. Para comparar, em 2015 (janeiro a setembro) temos um EBITDA de R$ 57 bilhões e uma geração de caixa de R$ 61 bilhões. Ou seja, em 9 meses de 2015 já alcançamos o valor de todo o ano de 2014, parte desse desempenho certamente pode ser creditado às medidas que estão sendo tomadas, notadamente política de preços e redução de custos.

* O EBITDA é considerada uma medida de geração de caixa e por isso é utilizado no indicador ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO/EBITDA. Entretanto, por ser um indicador decorrente da Demonstração de Resultado do Exercício, o EBITDA apresenta muitas parcelas que não são realmente caixa – ou pelo menos não neste exercício contábil. Exemplo são as despesas com prospecção e provisionamentos diversos normalmente considerados em Outras Despesas Operacionais. Mesmo assim, convencionou-se no mercado (Brasil e exterior) a utilização desse indicador como medida de geração de caixa.

16/12/2015 - Instituto Telecom

Telefônica procura negociar dívidas de consumidores

Em parceria com o Serasa, a Telefônica disponibiliza até o dia 22 de dezembro um feirão com condições especiais para negociar dívidas de clientes das operadoras Vivo (fixo e móvel) e GVT. De acordo com a companhia, consumidores inadimplentes com dívidas acima de 90 dias poderão obter desconto de até 90% para regularizar a situação – após o prazo, a companhia não garante as mesmas condições.

Segundo a Serasa, a Telefônica estendeu o prazo para "privilegiar um número maior de clientes" com a intenção de cumprir isso "ainda este ano". No último balanço financeiro da empresa, referente ao terceiro trimestr, os custos com provisões para créditos de liquidação duvidosa (PDD), relacionados às despesas de comercialização dos serviços, foram de R$ 349,4 milhões. O nível de inadimplência ficou em 2,2% da receita bruta total (que foi de R$ 16,1 bilhões), aumento de 0,4 ponto percentual no comparativo com 2014.

No balanço, a empresa afirmou continuar adotando "iniciativas criteriosas de concessão de crédito e ações de cobrança ainda mais ativas". Disse ainda que as ações levaram a uma tendência de redução das PDD ao longo do terceiro trimestre, embora o total tenha representado aumento de 27,5% em relação ao mesmo período do ano passado.

A negociação para clientes da Telefônica vale para todo o território nacional e pode ser feita através da ferramenta online do Feirão Limpa Nome da Serasa ou por telefone: 0800-7711090 para Vivo móvel; 0800-7741515 para Vivo fixo; e 103 25 para a GVT. O horário de atendimento é das 08h às 20h.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

14/12/2015 - CUT

Os mais pobres perderiam com a saída de Dilma

A opinião é do advogado Walfrido Warde Jr, especialista em assessorar grandes empresas nas bolsas de valores. Impeachment seria golpe, diz

Sócio de uma grande banca de advogados em São Paulo, situada nos arredores do principal centro financeiro do Brasil, Walfrido Warde Júnior é especializado em mercado de capitais. Ele organiza e assessora a atuação de grandes empresas na venda de ações e debêntures nas bolsas de valores.

Ele tem se destacado ao longo deste ano por defender uma proposta que pode colocar de volta à plena atividade o setor de infraestrutura – hoje paralisado em grande parte por conta das investigações da Operação Lava Jato – ao mesmo tempo em que permitiria à União recuperar o dinheiro desviado nos esquemas de corrupção.

Walfrido crê que esse plano não saiu ainda por conta da crise política. Crise que, se desembocasse na cassação do mandato de Dilma Rousseff, prejudicaria especialmente os trabalhadores e trabalhadoras, ao interromper de maneira brusca a construção de políticas sociais que vêm sendo aplicadas nos últimos 12 anos, "coisa que nunca se tinha feito antes".

Leia os principais pontos da entrevista, concedida na última sexta-feira (11), ao site da CUT:

Com essa crise, que vem seguramente há pelo menos um ano, é possível fazer uma estimativa das perdas das empresas brasileiras nas bolsas de valores nesse período?

Nós vivemos uma situação que é sistêmica. Há uma perda geral de valor dos ativos, porque as empresas passaram a ganhar menos. Além disso, a espinha dorsal do capitalismo brasileiro, que é o setor de infraestrutura, sofreu um baque tremendo com a Operação Lava Jato. Aqui eu não estou dizendo que a Lava Jato é errada, que não deveria acontecer. Ninguém no Brasil deve ser contra o combate à corrupção. A questão é que o combate à corrupção no Brasil, sua disciplina jurídica, cria um problema para o carro-chefe da economia brasileira, que é o setor de infraestrutura, que reúne as maiores empresas do Brasil, em torno das quais gravitam empresas menores. Então, no momento em que você tem as principais empresas do Brasil claudicantes, as demais também perdem valor.

É possível estimar de quanto é essa perda, em média?

As empresas brasileiras listadas nas bolsas de valores perderam metade de seu valor. O índice Bovespa (que retrata a média do valor das ações de empresas listadas em bolsa) chegou, no ápice do governo Lula, a 80 mil pontos. Nós estamos agora em 44 mil pontos. Há números divulgados pelo Bradesco que apontam para 5 milhões de empregos formais a menos até maio do ano que vem. Se você considerar que em torno de cada emprego representa um núcleo familiar de geração de renda de, em média, quatro pessoas em média, são 20 milhões de pessoas sem renda.

Leia mais em:

http://cut.org.br/noticias/quem-perderia-com-saida-de-dilma-sao-os-mais-pobres-7839/